

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos (bactérias) que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos. Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade cuja evolução, em casos extremos, corresponde à destruição de toda a coroa dentária. A relação açúcar-cárie está bem documentada e não há dúvida quanto ao papel central do açúcar no processo cariogênico.

No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período. Entretanto, isso ocorria em pequeno número e era mais frequente em adultos do que em crianças e adolescentes. Com pequenas e pouco significativas mudanças (cerca de 10%) nesse padrão, desde a Idade do Ferro (4 mil a.C.) até o final da Idade Média (1453), a cárie atingia, principalmente, as pequenas depressões ou sulcos encontrados na superfície dos dentes, especialmente nos molares e pré-molares.

No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta. As populações conviviam com infecção, dor, sofrimento e mutilação. A descoberta do efeito preventivo do flúor o transformou, ao longo do século, no principal agente utilizado no enfrentamento da doença em todo o mundo. Em vários países, e também no Brasil, produtos fluorados têm sido apontados como os principais responsáveis pelo declínio observado na prevalência da cárie. No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%. Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública, com perspectivas da continuidade do uso de produtos fluorados nas próximas décadas do atual século.

Internet: <www.scielo.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto é de natureza eminentemente narrativa.
- 2 Deduz-se do texto que a cárie dentária é uma doença que coexiste entre a humanidade, desde tempos remotos.
- 3 O conteúdo do texto permite formular uma definição terminológica sucinta para o termo “cárie”: destruição do esmalte e da camada calcificada dos dentes pela ação de bactérias nocivas presentes na boca.
- 4 Depreende-se do texto que o esmalte dentário é a camada externa dos dentes, que funciona como uma barreira contra agentes externos, como cáries e desgastes.
- 5 Conforme o texto, a cárie, desde o período Paleolítico, é uma das condições dentais mais comuns entre crianças e adolescentes.
- 6 Conclui-se do texto que o flúor é fundamental para a saúde bucal, com comprovada eficácia na prevenção e no combate às cáries, fortalecendo o esmalte dos dentes e tornando-os mais resistentes à desmineralização.
- 7 Infere-se do texto que o desgaste do esmalte expõe os dentes à infecção e à sensibilidade e os deixa mais vulneráveis.
- 8 Segundo o texto, o açúcar, por ser poroso, desgasta diretamente o dente, sendo o responsável pelo surgimento das cáries.

Quanto à estruturação linguística e gramatical do texto, julgue os itens a seguir.

- 9 No primeiro parágrafo, sem comprometer a correção gramatical, o período “A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos” pode ser reorganizado e reescrito da seguinte forma: **Desde tempos imemoriais, anda junto com a espécie humana a cárie dentária – derivada da colonização da superfície do esmalte por microrganismos que produzem ácidos resultantes da metabolização de carboidratos fermentáveis, como a sacarose.**
- 10 Na oração “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal”, há indicação de que o termo “localizada” refere-se à “superfície do esmalte do dente” e, por consequência, à boca.

- 11** No trecho “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade”, a expressão “perda mineral” relaciona-se diretamente ao “fosfato de cálcio”, que, ao ser dissolvido da superfície do dente, provoca a desmineralização do esmalte dentário.
- 12** No texto, as expressões denotativas “cárie dentária” e “cariogênico” pertencem ao mesmo campo semântico e, portanto, têm significados idênticos.
- 13** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”, o termo “quando”, com o significado de “sempre que”, indica uma condição.
- 14** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, a expressão “pão em sua forma primitiva” retoma a ideia presente no primeiro parágrafo do texto, sintetizada por “carboidratos fermentáveis”, que aumentou o desenvolvimento de cárie entre as populações primitivas.
- 15** Na estrutura “a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o vocábulo “daquele” retoma diretamente a oração “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”.
- 16** No trecho “No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o segmento “com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva” pode ser suprimido da estrutura onde se encontra, sem que isso provoque incorreção gramatical ou alteração dos sentidos textuais.
- 17** No segmento “Com pequenas e pouco significativas mudanças”, o termo “pouco” poderia ser suprimido sem que isso produzisse alterações gramaticais ou incoerência textual.
- 18** No trecho “No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta”, a supressão da vírgula após “pública” provoca erro gramatical, pois separa termos essenciais da oração.
- 19** Empregada no trecho “Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública”, a palavra “dentifrícios” tem como um dos seus sinônimos a expressão “cremes dentais”.
- 20** No trecho “No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%.”, as expressões conexas “fluoretação das águas” e “água fluoretada” têm a mesma função sintática nas orações que as encerram.

Considere-se o corredor de um antigo castelo com seis nichos numerados de 1 a 6. Em cada nicho, o guarda pode optar por acender ou não uma tocha durante a ronda noturna.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** O número de maneiras de acender exatamente 3 tochas durante a ronda noturna é igual a 20.
- 22** O número de maneiras de acender, pelo menos, uma tocha ao final da ronda é igual a 61.
- 23** Se exatamente dois nichos estiverem acesos, então a probabilidade de que a soma de seus números seja igual a 7 é de 20%.

Admitindo-se que a proposição “A vaca é amarela se, e somente se, o jacaré é verde” é verdadeira e que a proposição “Se o jacaré não é verde, então o pavão é azul” é falsa, julgue os itens seguintes.

- 24** A vaca é amarela.
- 25** O jacaré é verde.
- 26** O pavão é azul.

Em um grupo de 5 amigas (Ana, Beatriz, Cecília, Déborah e Érica), sabe-se que Ana é um ano mais nova que Beatriz, que Beatriz é um ano mais nova que Cecília, que Cecília é 3 anos mais velha que Déborah e que Déborah é 4 anos mais nova que Érica. A média das idades dessas 5 amigas é de 51 anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** Ana tem 50 anos de idade.
- 28** O conjunto das idades do grupo é bimodal.
- 29** A mediana das idades do grupo é de 51 anos.
- 30** Érica é 2 anos mais velha que Beatriz.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca da instalação de periféricos de computador, da utilização do Microsoft Teams e dos sistemas operacionais móveis Android e iOS, julgue os itens seguintes.

- 31 A configuração de uma impressora via rede exige, obrigatoriamente, que o usuário acesse o painel de controle do roteador para inserir o IP manualmente.
- 32 O Microsoft Teams permite realizar reuniões *online* com compartilhamento de tela, gravação de reuniões e integração com agendas do Outlook.
- 33 É possível integrar o Microsoft Teams com outros aplicativos do Microsoft 365, como Word, Excel e PowerPoint, permitindo a edição colaborativa de arquivos diretamente dentro da plataforma.
- 34 O sistema iOS permite facilmente que o usuário personalize toda a sua interface, como substituir a tela inicial por outra personalizada e alterar o comportamento padrão de botões físicos.
- 35 Tanto o Android quanto o iOS permitem que aplicativos sejam atualizados automaticamente, desde que essa opção esteja habilitada no local correspondente.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, ao gerenciamento de arquivos, pastas e programas e à inteligência artificial, julgue os itens a seguir.

- 36 Uma rede do tipo ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) depende de um servidor central para permitir a comunicação entre os computadores conectados.
- 37 Em redes IPv4, dois dispositivos conectados à mesma rede física podem possuir o mesmo endereço IP, desde que o endereço MAC de cada um seja diferente, evitando conflitos na comunicação.
- 38 Ao desinstalar um programa no Windows pelo Painel de Controle ou pelas Configurações do sistema, todos os arquivos criados ou modificados por esse programa também são automaticamente removidos do disco.
- 39 A técnica de aprendizado de máquina supervisionado na inteligência artificial (IA) requer um conjunto de dados previamente rotulado para que o algoritmo possa aprender padrões e fazer previsões.
- 40 Redes neurais artificiais são técnicas de IA inspiradas no funcionamento do cérebro humano e são amplamente utilizadas em aplicações como reconhecimento de imagem e voz.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O mero exercício da função de competências públicas, sem a comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- 42** Configura improbidade administrativa a ação decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 43** Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- 44** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- 45** A perda patrimonial decorrente da atividade econômica, por ato culposo, acarretará improbidade administrativa.
- 46** Apenas o membro do Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 47** Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, apenas em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- 48** O tribunal de contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 49** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- 50** Na ação de improbidade administrativa, caberá agravo de instrumento apenas contra a decisão interlocutória que deferir a decretação de indisponibilidade de bens.
- 51** Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- 52** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, aplica-se à ação de improbidade a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
- 53** Em consonância com a Lei de Improbidade Administrativa, não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata a legislação de regência.
- 54** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, sendo vedada qualquer solidariedade.

- 55** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas.

A respeito da Legislação Anticorrupção, julgue os itens seguintes.

- 56** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- 57** Consoante a Lei Anticorrupção, a competência para instaurar o processo administrativo de apuração da responsabilidade da pessoa jurídica é indelegável.
- 58** De acordo com a Lei Anticorrupção, o processo administrativo para a apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta de dois ou mais servidores estáveis.
- 59** Segundo a Lei Anticorrupção, no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 15 dias para defesa, contados a partir da intimação.
- 60** Em consonância com a Lei Anticorrupção, a celebração do acordo de leniência prescinde da obtenção de documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- 61** Conforme a Lei Anticorrupção, o acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- 62** A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.
- 63** Conforme a Lei Anticorrupção, a condenação judicial torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.
- 64** Segundo a Lei Anticorrupção, o tipo de sanção aplicada à pessoa jurídica punida não pode constar do cadastro nacional de empresas punidas.
- 65** De acordo com a Lei Anticorrupção, a Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

No que concerne ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 66** Nos processos administrativos, deve-se observar o critério de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- 67** O administrado pode, conforme sua conveniência, deixar de expor os fatos à Administração Pública de acordo com a verdade.
- 68** Quanto ao processo administrativo, no requerimento inicial do interessado, é admissível à Administração Pública recusar, sem justificativa, o recebimento de documentos.
- 69** Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- 70** No processo administrativo, o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no Decreto nº 68.704/1971 – que regulamenta a Lei nº 4.324/1964 –, julgue os itens a seguir.

- 71** Um cirurgião-dentista não poderá participar da constituição da assembleia-geral de um Conselho Regional de Odontologia, mesmo que esteja no gozo de seus direitos e quite com a tesouraria, caso sua inscrição junto ao referido Conselho seja secundária.
- 72** O Conselho Federal de Odontologia (CFO) somente promoverá diligências ou verificações relativas ao funcionamento de um Conselho Regional de Odontologia (CRO) para sanar irregularidades e promover eleições, nas hipóteses expressamente previstas de inoperância manifesta do CRO ou inobservância, por parte do CRO, das normas legais ou das resoluções do CFO.
- 73** A assembleia-geral dos Conselhos Regionais de Odontologia deve reunir-se ordinariamente uma vez por ano, prevendo-se quóruns distintos para as suas convocações. Assim, na primeira convocação, exigir-se-á a presença da maioria absoluta dos membros, ao passo que, na segunda convocação, a assembleia poderá ocorrer com qualquer número de membros presentes.

À luz da Resolução nº 63/2005 do Conselho Federal de Odontologia (CFO), julgue os itens seguintes.

- 74** Suponha-se que um cirurgião-dentista, recém-graduado em curso de odontologia devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, ainda não tenha providenciado sua inscrição em nenhum Conselho Regional de Odontologia. Nesse caso, é correto afirmar que, mesmo estando legalmente diplomado, o profissional não poderá efetuar inscrição para participar de congressos, jornadas ou conclaves odontológicos realizados em território nacional.
- 75** As entidades representativas da classe odontológica registradas no CFO há menos de cinco anos somente estarão habilitadas a ministrar cursos de especialização credenciados se dispuserem de instalações e de equipamentos próprios compatíveis com o curso a ser ministrado, de acordo com o protocolo do CFO.
- 76** Suponha-se que um técnico em prótese dentária (TPD), regularmente inscrito no CRO, mantenha, no seu laboratório, equipamentos típicos de consultório odontológico, os quais utiliza exclusivamente para estudo em manequins sem prestar, sob qualquer forma, assistência direta a clientes. Nesse caso, é correto afirmar que o TPD está atuando dentro dos limites definidos no normativo.
- 77** Suponha-se que um cirurgião-dentista com inscrição de especialista tenha solicitado a sua transferência e esta tenha sido deferida. Nesse caso, é correto afirmar que será de responsabilidade desse cirurgião-dentista comunicar ao Conselho Regional de destino que optará por manter a inscrição de especialista, devendo encaminhar, junto ao requerimento, a documentação comprobatória.

Com base na Resolução nº 118, de 11/2012, do Conselho Federal de Odontologia (CFO), que aprova o Código de Ética Odontológica, e na Resolução nº 226/2020, do mesmo órgão, que dispõe a respeito do exercício da odontologia a distância mediado por tecnologias (teleodontologia), julgue os itens a seguir.

- 78** A realização da teleorientação e do telemonitoramento em odontologia por centrais de atendimento de operadoras ou qualquer outro meio que centralize o recebimento de demandas e as distribua automaticamente implica infração ética de manifesta gravidade para fins de processo ético.
- 79** Admite-se a telessaúde na odontologia, como estratégia de saúde digital no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que respeitados os princípios e as diretrizes da regulamentação vigente, como o telemonitoramento realizado por cirurgião-dentista, que consiste no acompanhamento remoto de pacientes em tratamento, no intervalo entre consultas, sendo obrigatória a anotação de toda e qualquer atuação no prontuário do paciente.
- 80** A regulamentação, a fiscalização e a adoção de medidas administrativas e(ou) judiciais para o cumprimento do disposto acerca do exercício da odontologia a distância (teleodontologia), mediado por tecnologias, é de competência exclusiva do CFO.
- 81** Salvo nos casos em que a parte envolvida for paciente, ex-paciente ou pessoa com vínculo social, afetivo, comercial ou administrativo com o cirurgião-dentista, capazes de comprometer o caráter de imparcialidade do ato pericial ou da auditoria, não constitui infração ética o acúmulo de funções de perito/auditor e executor de procedimentos terapêuticos odontológicos na mesma entidade prestadora de serviços.

À luz da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 82** Operadoras de planos de saúde odontológicos podem compartilhar com órgãos públicos, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Conselhos Regionais de Odontologia, dados pessoais e dados pessoais sensíveis de profissionais credenciados, independentemente de consentimento, quando esse compartilhamento estiver vinculado ao exercício regular de competências legais por esses órgãos.
- 83** O tratamento de dados pessoais de pacientes odontológicos no âmbito do SUS, mesmo nos casos legais em que o consentimento é dispensado, deve respeitar os princípios da LGPD, como o da finalidade; ou seja, os dados só podem ser utilizados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e previamente informados ao titular, não podendo ser utilizados posteriormente para finalidades incompatíveis.
- 84** O CRO é titular dos dados produzidos no seu âmbito, como o número de inscrição dos profissionais.

- 85** No caso de uma clínica odontológica, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a um paciente dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, o juiz poderá inverter o ônus da prova em favor do paciente, desde que a sua alegação seja verossímil, que ele esteja em hipossuficiência para produzir provas ou que a obtenção dessas provas seja excessivamente onerosa.
- 86** Na hipótese de vazamento de dados pessoais em uma clínica odontológica, a LGPD obriga os operadores responsáveis pelo sistema informatizado a elaborar e encaminhar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), imediatamente após o incidente, um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), contendo a descrição detalhada dos processos de tratamento afetados, os riscos às liberdades civis e as medidas de mitigação adotadas.

Com base na legislação e nas normativas aplicáveis à atuação do Conselho Federal de Odontologia (CFO), dos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no contexto da saúde suplementar, julgue os itens seguintes, acerca da relação com as operadoras de planos odontológicos.

- 87** Ao identificarem operadoras de planos odontológicos atuando sem inscrição regular na sua jurisdição, os CROs devem notificar diretamente a ANS para que esta promova a regularização, sendo dispensada a exigência de notificação formal à própria operadora e o envio de cópia ao CFO.
- 88** Em caso de substituição do cirurgião-dentista responsável por perícia ou auditoria em operadora de plano odontológico, a comunicação ao CRO poderá ser realizada anualmente, durante o recadastramento da empresa, desde que o novo profissional identifique as suas glosas técnicas com nome completo e número de inscrição no CRO.
- 89** O padrão para troca de informações na saúde suplementar (TISS) constitui padrão obrigatório para a comunicação eletrônica de dados entre os agentes da saúde suplementar, com o objetivo de padronizar ações administrativas, subsidiar o monitoramento das operadoras e contribuir para o registro eletrônico de saúde, promovendo a interoperabilidade entre sistemas de informação e a redução da assimetria de informações aos beneficiários.
- 90** O padrão TISS está organizado em cinco componentes, sendo o componente organizacional aquele que estabelece a arquitetura dos dados utilizados nas mensagens eletrônicas e no Plano de Contingência, para coleta e disponibilidade dos dados de atenção à saúde.
- 91** A terminologia unificada da saúde suplementar (TUSS) é o conjunto obrigatório de termos e códigos para identificar eventos e itens assistenciais na saúde suplementar, cujo uso por operadoras e por prestadores deve observar as normas técnicas dos órgãos reguladores do exercício profissional e da vigilância sanitária.

Acerca da oferta dos cursos de graduação em odontologia e das especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), julgue os itens a seguir.

- 92** Atualmente, os cursos de graduação em odontologia devem ser ofertados exclusivamente no formato presencial.
- 93** O CFO, no exercício das suas competências regulamentares, autorizou expressamente, por meio de resolução, que os cirurgiões-dentistas realizem o registro, a inscrição e a divulgação regular de mais de duas especialidades odontológicas, desde que sejam realizadas em conformidade com a legislação específica do ensino odontológico.

Com base na Resolução CFO nº 196/2019, que regulamenta a divulgação de autorretratos (*selfies*) e de imagens relacionadas ao diagnóstico e ao resultado final de tratamentos odontológicos, julgue os itens seguintes.

- 94** Fica autorizada a divulgação de vídeos e(ou) imagens com conteúdo relativo ao transcurso e(ou) à realização dos procedimentos odontológicos, desde que com a autorização prévia do paciente ou do seu representante legal, sendo vedada a divulgação de casos clínicos de autoria de terceiros.
- 95** Em todas as publicações de imagens e(ou) vídeos, deverão constar o nome do profissional e o seu número de inscrição. Além disso, é defeso a divulgação de imagens que possibilitem a identificação de equipamentos, instrumentais, materiais odontológicos ou tecidos biológicos.



RASCUNHO

Considerando a Resolução CFO-238/2021, que institui o Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema Conselho Federal de Odontologia (CFO)/Conselhos Regionais Odontologia (CROs), bem como as diretrizes estabelecidas no Manual de Fiscalização – Exercício Profissional do Sistema CFO/CROs, julgue os itens a seguir.

- 96** Por se tratar de uma ação planejada, coordenada e continuamente avaliada com foco no alcance dos seus objetivos, a fiscalização deve, para fins de controle, execução e monitoramento, utilizar indicadores específicos, como o tempo médio, em horas, entre o recebimento da denúncia e a realização do ato fiscalizatório.
- 97** A realização de diligências é uma atribuição comum a toda a estrutura do setor de fiscalização, e, portanto, a carteira nacional de habilitação (CNH) com categoria adequada à necessidade do Conselho Regional é requisito indispensável tanto para o fiscal quanto para o supervisor de fiscalização.
- 98** O fiscal deve conceder um prazo para a regularização das irregularidades identificadas durante a ação fiscalizatória, exceto nos casos de manifesta gravidade.
- 99** Durante a fase de agendamento das diligências fiscalizatórias, cabe ao fiscal priorizar as ações com base na origem da denúncia, devendo, obrigatoriamente, inserir primeiro no calendário as demandas oriundas de órgãos públicos, seguidas das denúncias feitas por profissionais inscritos, e, por fim, aquelas apresentadas por cidadãos.
- 100** Suponha-se que, durante a fiscalização de uma clínica odontológica, o fiscal encontrou resistência por parte dos responsáveis, que impediram o acesso às dependências do estabelecimento. Nesse caso, é correto afirmar que o fiscal deve comunicar à supervisão de fiscalização e solicitar o apoio da autoridade policial para garantir o cumprimento da diligência.
- 101** A colaboração com os órgãos externos é fundamental para as atividades de fiscalização realizadas no âmbito dos Conselhos de Odontologia, tanto que, independentemente da utilização do termo de fiscalização impresso ou do sistema informatizado, o Conselho Regional de Odontologia (CRO) deve elaborar o relatório anual de fiscalização, incluindo, entre outras informações, o total de ações realizadas em conjunto com órgãos como o PROCON, a vigilância sanitária, a polícia e o Ministério Público.
- 102** O Plano Nacional de Fiscalização do Sistema CFO/CROs tem como objetivo principal a definição de parâmetros mínimos das ações fiscalizatórias, alterando a composição mínima do setor fiscalizatório para: um membro da diretoria do CRO; um supervisor de fiscalização; um fiscal; e um apoio administrativo.
- 103** Cada CRO deve encaminhar ao CFO, até o dia 15 de agosto de cada ano, seu planejamento anual de fiscalização, contendo informações como a quantidade de profissionais e de entidades ativas inscritas em 31 de dezembro do ano anterior, de forma individualizada por categoria.
- 104** O Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema CFO/CROs prevê que o Conselho Federal de Odontologia (CFO) poderá regulamentar programa, de adesão voluntária, para concessão de recursos financeiros destinados ao custeio das atividades de fiscalização dos CROs, incluindo a definição da sua temporalidade.

Com base nos normativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 611/2022, que dispõe a respeito dos requisitos sanitários para a organização e o funcionamento dos serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista, e na Instrução Normativa – IN nº 94/2021, que trata dos requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, julgue os itens seguintes.

105 Suponha-se que um consultório odontológico que possua exclusivamente um aparelho de radiografia intraoral tenha iniciado o seu funcionamento sem submeter o projeto básico de construção à autoridade sanitária local. Nesse caso, é correto afirmar que o consultório se encontra em desacordo com as normas sanitárias de radiodiagnóstico.

106 Em um serviço de radiodiagnóstico odontológico, o responsável legal pelo estabelecimento é obrigado a designar formalmente um profissional legalmente habilitado para assumir a responsabilidade pelos procedimentos radiológicos de cada setor de radiologia diagnóstica ou intervencionista do serviço de saúde, doravante denominado responsável técnico (RT). Além disso, ele deve designar formalmente um membro da equipe legalmente habilitado para assumir a responsabilidade pelas ações relativas à proteção radiológica de cada serviço de saúde que utilize radiações ionizantes para fins diagnósticos ou intervencionistas, denominado supervisor de proteção radiológica (SPR).

107 Por se tratar de documentação gerada a partir de tecnologias associadas aos riscos ocupacionais e com ampla finalidade assistencial, documentos como a relação e os registros de todos os procedimentos radiológicos realizados, bem como normas, rotinas, protocolos e procedimentos operacionais, devem ser arquivados de forma a garantir a sua rastreabilidade, em conformidade com o estabelecido nas demais normativas aplicáveis ou, na ausência destas, pelo prazo mínimo de 20 anos, para efeitos de vigilância sanitária.

108 Todo equipamento de radiografia odontológica extraoral deve possuir filtração total permanente do feixe útil de radiação com espessura mínima equivalente a 2,5 mm de alumínio para tensões nominais iguais ou superiores a 70 kV, sendo vedada a instalação de mais de um equipamento desse tipo na mesma sala.

Com base na Resolução RDC nº 879/2024, que trata da restrição ao uso de mercúrio e ligas de amálgama na odontologia, julgue os itens a seguir.

- 109** Fica proibida, em todo o território nacional, a utilização de mercúrio e do pó para liga de amálgama na forma não encapsulada em serviços odontológicos da rede privada, ficando a sua aplicação restrita a serviços públicos de saúde, desde que haja necessidade clínica justificada.
- 110** A utilização de produtos de mercúrio e do pó para liga de amálgama na forma encapsulada em odontologia é permitida, desde que observadas restrições de advertência, conforme norma vigente, sendo vedado, em qualquer hipótese, o seu uso nas gestantes, nas lactantes e na dentição decídua (em indivíduos de até 15 anos de idade).

Conforme a Resolução RDC nº 222/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS), julgue os itens seguintes.

- 111** Os materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico ou radiológico não necessitam de tratamento prévio antes da disposição final ambientalmente adequada.
- 112** Embalagens secundárias de medicamentos não contaminadas podem ser enviadas para reciclagem sem descaracterização da rotulagem.
- 113** A segregação de resíduos de serviços de saúde deve ocorrer no momento e no local da geração, observando-se os critérios de identificação por tipo de resíduo.
- 114** É vedado o encaminhamento de resíduos do grupo B, na forma líquida, para a disposição final em aterros sanitários.
- 115** Os medicamentos hemoderivados devem ser tratados antes da disposição final, por apresentarem risco biológico associado ao plasma humano.

De acordo com as orientações do manual “Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos”, julgue os itens a seguir.

- 116** Aos consultórios odontológicos coletivos, é facultada a adoção da central de material esterilizado (CME) simplificada e possuir, no mesmo ambiente, uma bancada com pia e com equipamentos de esterilização, desde que sejam estabelecidas rotinas de assepsia e manuseio de materiais a serem esterilizados (barreira técnica).
- 117** O monitoramento químico da esterilização é realizado com o uso de indicadores que reagem por mudança de cor à presença de temperatura, tempo e vapor saturado, conforme o tipo de indicador utilizado. Entre os indicadores químicos utilizados, estão os de processo, os de parâmetro simples, os multiparamétricos, os integradores, os emuladores e o teste Bowie-Dick.

Acerca da Portaria de Consolidação nº 4/2017, do Ministério da Saúde (MS), que o define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, julgue os itens seguintes.

- 118** A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória deve ser realizada exclusivamente por médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde que prestam assistência direta ao paciente, a fim de evitar falsas notificações.
- 119** A notificação compulsória imediata (NCI) deve ser realizada no prazo máximo de 48 horas após a confirmação do diagnóstico de doença, agravo ou evento de saúde pública, e deve utilizar o meio de comunicação mais rápido disponível, não sendo aceitável depender de métodos lentos como o correio.
- 120** A notificação compulsória da violência contra a mulher deve ser realizada mediante o preenchimento da ficha específica na unidade de saúde onde a vítima foi atendida. Em seguida, a ficha de notificação será remetida ao serviço de vigilância epidemiológica ou ao serviço correlato da respectiva secretaria municipal de saúde, na qual os dados serão inseridos em aplicativo próprio, e as informações consolidadas serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Saúde e, posteriormente, à Secretaria de Vigilância em Saúde/ MS.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) concluiu a implantação de sistema integrado com os Conselhos Regionais de Odontologia. A ação inédita marca a migração de 20 anos de dados cadastrais e unifica a base de serviços disponíveis aos inscritos.

A integração incluiu, também, treinamento presencial e a distância do quadro de funcionários de todos os CROs. Mais de mil usuários foram capacitados para uso da nova plataforma, que é *web*, e qualificação no atendimento à categoria e à população. A adequação funcional correspondia, até então, a um sistema nacional utilizado desde 1997, sem unificação cadastral dos inscritos. A partir de agora, é possível realizar gerenciamento eletrônico de documentos, controle de processos éticos, financeiros, entre outros serviços em ambiente *web*, com atualização em tempo real.

Internet: <website.cfo.org.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Interoperabilidade e cooperação entre os Conselhos de Odontologia como estratégia para a fiscalização odontológica

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) complexidade crescente da fiscalização em odontologia diante das inovações tecnológicas, das novas formas de prestação de serviço e de ensino;
- b) interoperabilidade e a integração de sistemas como estratégia de colaboração para as atividades fiscalizatórias dos Conselhos de Odontologia; e
- c) impactos na rotina e nos instrumentos de trabalho do fiscal a partir da adoção de sistemas integrados e ações colaborativas entre Conselhos de Odontologia.